



# O PONTO DE VISTA GERAL DE HUME E SEU PAPEL NOS JUÍZOS MORAIS<sup>1</sup>

a busca por imparcialidade,  
estabilidade e objetividade

HUME'S GENERAL POINT OF VIEW AND ITS ROLE IN  
MORAL JUDGMENTS

the search for impartiality, stability and objectivity

**Lucas Dagostini Gardelin<sup>2</sup>**  
Universidade de Caxias do Sul

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

E-mail: [ldgardelin@ucs.br](mailto:ldgardelin@ucs.br).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7920618297606474>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0783-2187>.



**RESUMO:** A teoria moral de Hume é famosa pela centralidade que confere aos sentimentos. Mas isso não faz dele um ingênuo escravo das paixões. Este trabalho investiga o papel desempenhado pelo ponto de vista geral humeano nos juízos morais. O trabalho possui três seções. A primeira apresenta um quadro do sentimentalismo moral humeano. A segunda investiga o conceito de ponto de vista geral, seus principais elementos e sua função na correção dos juízos morais. A última aborda o princípio da humanidade e sua importância para a “estabilidade” intersubjetiva dos juízos morais. O ponto de vista geral “corrige” os elementos particulares dos sentimentos situados: os juízos se libertam da seletividade e da parcialidade naturais e alcançam estabilidade e objetividade. A importância do ponto de vista geral reside na sua possibilidade de regular a natureza contraditória dos sentimentos. Ele confere, na medida da possibilidade humana, imparcialidade, estabilidade e objetividade aos juízos morais.

**Palavras-chave:** David Hume. Ponto de vista geral. Juízos morais.

**ABSTRACT:** Hume's moral theory is famous for the centrality it gives to feelings. But this does not make him a naive slave to passions. This paper investigates the role played by the Humean general point of view in moral judgments. The work has three sections. The first presents a picture of Humean moral sentimentalism. The second investigates the concept of the general point of view, its main elements and its function in the correction of moral judgments. The last one deals with the principle of humanity and its importance for the intersubjective "stability" of moral judgments. The point of view "corrects" the particular elements of situated feelings: judgments are freed from natural selectivity and partiality and achieve stability and objectivity. The importance of the general point of view lies in its ability to regulate the contradictory nature of feelings. It confers, to the extent of human possibility, impartiality, stability and objectivity to moral judgments.

**Keywords:** David Hume. General point of view. Moral judgments.



## Introdução

Razão e sentimento alimentam, ainda hoje, vivas contendadas de primazia, como que num perene “*sicut erat in principio, et nunc, et semper*” filosófico. Não se trata, por certo, de venturoso acaso, muito menos de um espezinhar mútuo e sem sentido: os argumentos fervorosamente brandidos pelos defensores de cada campo “são tão plausíveis que tendo a suspeitar que ambos podem ser sólidos e satisfatórios, e que razão e sentimento colaboram em quase todas as decisões e conclusões morais” (EPM, 1.1.9, p. 229).

Quem nos transmite estas linhas é David Hume (1711-1776), filósofo que buscou, com um esforço radical, desvendar as bases mesmas, os princípios primeiros da moralidade humana. Não estava sozinho, é claro: natureza e moralidade humanas foram tomadas, por ele e por outros pensadores britânicos, como objeto primacial de uma polêmica que, desde o desafio lançado por Thomas Hobbes no século XVII, soube muitíssimo bem empenhar penas e mares de tinta.

Hume, pois, não estava só, especialmente quando se leva em consideração a riqueza do *Scottish Enlightenment* (Buckle, 2008) e de suas contribuições. Não é de todo comezinho assinalar que o Iluminismo albergou, desde a sua aurora, uma pluralidade de manifestações, correntes, motivos e pendores. Embora refulgentes, as *Lumières* francesas não brilharam sozinhas. A discrepância de interesse e encômios entre a variante francesa e as demais manifestações, não obstante os intensos esforços de recuperação, atesta ainda hoje a vitalidade da interpretação da primeira como “a principal influência formativa no mundo moderno, chegando ao ponto de definir o significado da modernidade como o desdobramento progressivo do ‘projeto iluminista’” (Buckle, 2008, p. 21, tradução livre)<sup>3</sup>. Suas equivalentes britânicas (e, em especial aos propósitos deste trabalho, as irlandesas e escocesas) também lumiarão a escuridão – suas contribuições são notáveis, uma vez que desempenharam, por meio de um amálgama de abordagem histórica, economia política e filosofia moral, um papel central na gênese das ciências humanas e sociais, com destaque às suas ramificações sociológica e psicológica.

Ainda que os expoentes escoceses não atribuísem a elas tal nomenclatura (preferindo, antes, “ciência do homem”, “ciência da natureza humana”, “ciência da mente humana” ou “filosofia da mente

---

<sup>3</sup> No original: “David Hume was the outstanding philosopher of the Scottish Enlightenment, so his place in the Enlightenment tradition might seem to be secure. But things are not so simple. One problem is uncertainty concerning the connection between the Scottish Enlightenment and what is normally designated more simply and authoritatively as the Enlightenment – the Enlightenment of the French philosophes. The latter is commonly recognized as the chief formative influence on the modern world, even to the extent of defining the meaning of modernity as the progressive unfolding of ‘the Enlightenment project.’ The former, in contrast, has often been cast as a mere fringe phenomenon, the appropriate preserve only of dedicated Scotticists, such that to connect it to Hume is to dignify a merely provincial intellectual movement”.



humana”), a sua influência teve impactos notáveis (Jaffro, 2009, p. 101). O próprio Hume chega a citar os nomes de “alguns filósofos recentes da Inglaterra” que, a seu ver, “deram início à construção de uma nova base para a ciência do homem” (T, Introdução, 7, p. 22): Locke, Shaftesbury, Mandeville, Hutcheson, Butler. É enquanto continuador e epígono de uma tal linha que ele conduz suas investigações – e o culminar delas atesta radicalidade. O que só reforça o papel fulcral desempenhado por seu pensamento: Hume leva a bom termo a “Revolução Copernicana na filosofia moral, iniciada pelo relato de Shaftesbury sobre o prazer mental da razão de ser virtuoso e promovida pela teoria do senso moral de Hutcheson. O estudo da moralidade é, para Hume, um subconjunto do estudo da natureza humana” (Gill, 2006, p. 208, tradução livre)<sup>4</sup>.

Proclamadas ou não as filiações, o que de fato importa é tentar mensurar o significado do *Tratado* de Hume. Ele constitui, muito simplesmente, a *aplicação do método científico do mundo natural*, sobremaneira formulado a partir de Bacon e Newton, *ao universo moral*, o que implica dizer que ele opera uma rejeição das hipóteses sobre a “essência” científica em favor da descrição das operações propiciadas por uma ciência alicerçada sobre a experimentação e a observação (Jaffro, 2009, p. 104). O *Tratado* de Hume, ao contrário da lavra de seus antecessores moralistas, possuía um escopo essencialmente teórico, e não prático: almejava, acima de tudo, fornecer um quadro capaz de abordar os fenômenos observáveis do comportamento humano de modo a contribuir ao refinamento de sua compreensão (Gill, 2006). O *punctum saliens* de sua diferença reside, também, no fato de não buscar em nenhum momento instigar ou promover certos tipos de conduta humana. A importância disso não pode ser escamoteada, especialmente quando se tem em mente que toda a filosofia moral antecedente havia, em graus distintos, esposado intenções explicitamente práticas. Se os predecessores<sup>5</sup> buscavam, acima de tudo, aprimorar a conduta e edificar, Hume buscava *entender* e *explicar* (Gill, 2006, p. 201). É, aliás, o que ele próprio sinaliza nas linhas conclusivas da referida obra:

O anatomista nunca deve emular o pintor; nem deve, em suas cuidadosas dissecções e em suas descrições das partes diminutas do corpo humano, querer dar às suas figuras

---

<sup>4</sup> No original: “Hume thus completes the Copernican Revolution in moral philosophy that was initiated by Shaftesbury’s mental enjoyment account of the reason to be virtuous and furthered by Hutcheson’s moral sense theory. The study of morality, for Hume, is a subset of the study of human nature”.

<sup>5</sup> Nota de Gill sobre a distinção de Hume em relação a seus predecessores: “Essa posição de Hume deve ser considerada uma das mais importantes na história das ideias. Pois ela marca o surgimento final e completo, pelo menos entre os filósofos britânicos, de uma ética totalmente secular. Em 1600, a teorização de língua inglesa sobre a moralidade e a natureza humana era feita quase que inteiramente dentro de uma estrutura cristã. Mas agora, 140 anos depois, Hume apresenta um relato que não é apenas não cristão, mas totalmente desprovido de compromisso teológico” (Gill, 2006, p. 207, tradução livre). No original: “This stance of Hume’s has to count as one of the most important in the history of ideas. For it marks the final full emergence, among British philosophers at least, of thoroughly secular ethics. In 1600, English-speaking theorizing about morality and human nature was done almost entirely within a Christian framework. But now, 140 years later, Hume presents an account that is not only non-Christian but devoid of theological commitment altogether”.



atitudes ou expressões graciosas e atraentes. Existe mesmo algo repulsivo, ao menos desprezível, na visão que nos fornece das coisas; é necessário situar os objetos mais à distância, torná-los menos visíveis, para que se tornem mais atraentes para o olho ou para a imaginação. O anatomista, entretanto, é admiravelmente bem qualificado para aconselhar o pintor; chega a ser impraticável atingir a perfeição nesta última arte sem o auxílio da primeira. Temos de ter um conhecimento exato das partes, de sua posição e conexão, para podermos desenhar com elegância e correção. Assim, as especulações mais abstratas acerca da natureza humana, por mais frias e monótonas que sejam, fazem-se um instrumento da *moral prática*; e podem tornar esta última ciência mais correta em seus preceitos e mais persuasiva em suas exortações (T, 3.3.6§6, p. 660).

Este trabalho almeja investigar algumas das contribuições da teoria moral humeana, em especial o papel desempenhado pelo ponto de vista geral nos juízos morais. Ele se divide em três seções. Na primeira, oferece um brevíssimo quadro do sentimentalismo moral humeano. Na segunda, investiga como Hume define o conceito de ponto de vista geral, tomando por base o *Tratado da Natureza Humana*<sup>6</sup>, buscando explicitar seus principais elementos e sua função na correção dos juízos morais. Por fim, mobiliza algumas reflexões a respeito do *princípio da humanidade*, presentes na *Investigação sobre os Princípios da Moral*, a fim de reiterar a importância da “estabilidade” intersubjetiva dos juízos morais humeanos.

Em breve aceno metodológico, cumpre assinalar que o presente trabalho toma uma abordagem analítico-interpretativa, amparando-se em pesquisa eminentemente bibliográfica.

## 1 Sentimentos morais, simpatia e julgamento moral

A tese cara e comum aos sentimentalistas é a de que nossos juízos morais dependem de nossos sentimentos: “se tivéssemos sentimentos diferentes, de acordo com os sentimentalistas morais, faríamos julgamentos morais diferentes, e se não tivéssemos sentimentos, não faríamos nenhum julgamento moral” (Gill, 2006, p. 241, tradução livre)<sup>8</sup>. Três grandes pensadores tomaram os sentimentos como preponderantes no juízo moral de espectadores na formulação de suas teorias morais: Francis Hutcheson (1694-1746), David Hume (1711-1776) e Adam Smith (1723-1790).

Seja permitido o traçar de um brevíssimo quadro. Hutcheson toma a benevolência como o *príus* de sua reflexão: as pessoas são inatamente dispostas a apreciar outras pessoas felizes e a desaprovar outras pessoas tristes. Os desdobramentos no binômio agente-espectador são definidos da

<sup>6</sup> Neste trabalho, referido pela abreviatura **T**.

<sup>7</sup> Neste trabalho, referido pela abreviatura **EPM**.

<sup>8</sup> No original: “*Moral sentimentalists hold that our moral judgments are contingent on our sentiments. If we had different sentiments, according to moral sentimentalists, we would make different moral judgments, and if we had no sentiments, we would make no moral judgments at all*”.

seguinte maneira: o agente busca promover ações que tornem outros felizes e evitar as que suscitarium o contrário; o espectador, por sua vez, aprova as ações do primeiro tipo e condena as do segundo. O seu sentimentalismo consiste, em linhas gerais, na identificação das virtudes morais pela aprovação ou desaprovação moral do espectador, sendo estas explicadas em termos de um senso moral. Este senso moral, por sua vez, tem a benevolência do caráter como seu objeto (Rick, 2007, p. 136). Para Hutcheson, os motivos ensejadores do julgamento moral (ou seja, as fontes de aprovação ou desaprovação, louvor ou repúdio) não podem ser localizados no interesse próprio dos indivíduos, mas num sentido desinteressado de certo e errado. O mesmo vale para a motivação da ação moral – ela também não pode advir do interesse próprio: “em uma palavra, o desinteresse é uma característica básica tanto do juízo moral quanto da motivação moral” (Jaffro, 2014, p. 81). O sentimento moral consiste, pois, num “sentimento desinteressado de aprovação naturalmente evocado quando nos deparamos com o motivo desinteressado da benevolência, e um sentimento similar de desaprovação por motivos com a tendência oposta àquela da benevolência” (Raphael, 2007, p. 28, tradução livre)<sup>9</sup>.

Dirijamos brevemente o olhar a Smith. Embora reconheça o acerto humeano em conferir importância à simpatia, ele discorda tanto do *sentido* a ela atribuído quanto da razão de sua importância. Smith considera que a simpatia é desejável – tanto por agentes (que almejam colher a simpatia dos espectadores), como por espectadores (que, por sua vez, desejam a simpatia dos agentes). Para ele, “o julgamento do espectador decorre do fato de ele se imaginar no lugar do agente e comparar o sentimento motivador do agente com o sentimento que ele próprio teria na situação imaginada” (Raphael, 2007, p. 14, tradução livre)<sup>10</sup>. Sendo similar a reação do agente àquela imaginada pelo espectador, a simpatia se realiza (Harman, 2000, p. 189). As linhas gerais do sentimentalismo moral de Smith encontram-se na obra *Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada originalmente em 1759.

Hume claramente aprimorou a teoria do senso moral simples de Hutcheson ao dar uma explicação psicológica da aprovação moral em termos de simpatia. A simpatia a que Hume se referia era a simpatia do espectador com os sentimentos da pessoa ou das pessoas afetadas pela ação em questão. Smith achou que poderia fazer melhor acrescentando à explicação uma referência à simpatia do espectador com os sentimentos, o motivo, do agente. Ele também manteve a referência de Hume à simpatia com os sentimentos das pessoas afetadas pela ação, mas incluiu isso em sua descrição de mérito e demérito, e não em sua descrição de certo e errado [...] Smith passou a considerar o julgamento de um agente sobre sua própria ação, e aqui ele fez

---

<sup>9</sup> No original: “[...] a disinterested feeling of approval naturally evoked when we come across the disinterested motive of benevolence, and a similar feeling of disapproval for motives with a tendency opposed to that of benevolence”.

<sup>10</sup> No original: “The spectator’s judgement arises from imagining himself in the agent’s place and comparing the motivating feeling of the agent with the feeling that he himself would have in the imagined situation”.

um avanço significativo em relação ao pensamento de Hume - e, é claro, também em relação ao pensamento de Hutcheson (Raphael, 2007, p. 31, tradução livre)<sup>11</sup>.

Voltemos a Hume. Ele divisa no sentimento, e não na razão, a fonte da moralidade, afirmando que a aprovação das qualidades morais pelos homens “com toda certeza não é derivada da razão ou de uma comparação de ideias”, derivando antes e inteiramente “de um gosto moral e de certos sentimentos de prazer ou desgosto” (T, 3.3.1.15, p. 620). As relações entre as mentes humanas são concebidas *especularmente* por Hume: as mentes são “como espelhos umas das outras, não apenas porque cada uma reflete as emoções das demais, mas também porque as paixões, sentimentos e opiniões podem se irradiar e reverberar várias vezes” (T, 2.2.5.21, p. 399). Ora, é justamente a simpatia que permite tais “irradiação” e “reverberação”, convertendo a ideia de um sentimento numa impressão correspondente *no* espectador. A simpatia é a capacidade que os indivíduos possuem de receber paixões, sentimentos e crenças de *outros* indivíduos - trata-se de um mecanismo através do qual os sentimentos são transmitidos de uns para os outros. Ela é, ao contrário da identificação imediata verificada nos inícios da existência humana em sociedade, fruto precisamente da complexificação e do desenvolvimento social: a multiplicação de liames e a proliferação de indivíduos implica estranheza, anonimato, afastamento. Ainda assim, é preciso “haver um meio pelo qual a sorte do estranho afeta meus sentimentos” (Berry, 2001, p. 161, tradução livre).<sup>12</sup>

A resposta a tal processo de crescentes complexificação e estranhamento reside, portanto, na simpatia. A simpatia é um *mecanismo* que nos permite sentir o que os outros sentem: através dela, “podemos entrar nessa situação mediante uma concepção tão viva que chegamos a fazer dela nosso próprio interesse” (T, 2.2.9.13, p. 420). Assim, “ódio, ressentimento, apreço, amor, coragem, alegria e melancolia - todas essas paixões, eu as sinto mais por comunicação que por meu próprio temperamento e disposição natural” (T, 2.1.11.2, p. 351). A simpatia permite que os indivíduos sintam o que os outros sentem: através dela, “tornamo-nos sensíveis a dores e prazeres que não nos pertencem” (T, 2.2.9.13, p. 420).

No entanto, além de possibilitar aos indivíduos a entrada em sentimentos dos outros, a simpatia apresenta variações, podendo assumir duas principais formas. A primeira de tais formas pode bem ser

---

<sup>11</sup> No original: “Hume had clearly improved upon Hutcheson’s simple moral sense theory by giving a psychological explanation of moral approval in terms of sympathy. The sympathy to which Hume referred was a spectator’s sympathy with the feelings of the person or persons affected by the action concerned. Smith thought he could do better by adding to the explanation a reference to the spectator’s sympathy with the feelings, the motive, of the agent. He did also retain Hume’s reference to sympathy with the feelings of those affected by the action, but he brought this into his account of merit and demerit, not into his account of right and wrong [...] But Smith did go on to consider the judgement of an agent on his own action, and here he made a signal advance on the thought of Hume—and, of course, on the thought of Hutcheson too”.

<sup>12</sup>No original: “There has to be a means whereby the stranger’s fate engages my sentiments. Hume supplies that ‘means’ through the principle of ‘sympathy’”.



chamada de “espontânea”, “não regulada”; a segunda, “regulada”, é informada e como que corrigida pelo ponto de vista geral, já que “a moralidade depende de um sentimento calmo e constante [...] seu papel é evitar ou acabar com conflitos indesejados, tanto dentro de uma pessoa quanto entre pessoas” (Baier, 1991, p. 133, tradução livre)<sup>13</sup>. Veremos isso mais detidamente na seção seguinte. Por ora, a indicação de Korsgaard pode ser útil:

Nossas respostas simpáticas variam de acordo com nossa posição em relação aos outros, e isso varia para um indivíduo ao longo do tempo e entre indivíduos. Hume diz que, para evitar as contradições que surgiriam se a simpatia permanecesse não regulada, nós “nos fixamos” no ponto de vista geral [...] Assim, Hume cita, como razões pelas quais precisamos adotar o ponto de vista geral, a necessidade de evitar os julgamentos contraditórios da simpatia não regulada, a necessidade de estabilizar todos os julgamentos sensoriais e a necessidade de conversar em alguns termos acordados (Korsgaard, 2008, pp. 274-275, tradução livre)<sup>14</sup>.

Hume, portanto, concebe a simpatia como “a cola que une afetivamente os outros a uma pessoa e, por implicação, uma comunidade de indivíduos éticos. No entanto, ele descobre que corre o risco de ter minado a moralidade ao atribuir à simpatia um papel tão central” (Agosta, 2014, p. 10, tradução livre)<sup>15</sup>. Ele buscará encontrar uma resposta precisamente num “ponto de vista geral” capaz de garantir que a situação sob escrutínio seja considerada de uma perspectiva *moral* – e, portanto, regulada, estável e imparcial.

## 2 O conceito de ponto de vista geral e sua função no sistema moral humeano

O risco que ele descobre na “desmesura” concedida à simpatia reside em sua instabilidade, já que, voltando-se ao que se encontra mais próximo ou relacionado aos indivíduos, ela pode *reforçar* inclinações e interesses particulares: “podemos deixar de considerar o caráter como a característica eticamente relevante das pessoas quando elas estão física ou temporalmente distantes de nós ou quando

---

<sup>13</sup> No original: “*morality depends on a calm steady sentiment [...] its role is to prevent or end unwanted conflict, both within a person and between persons*”.

<sup>14</sup> No original: “*our sympathetic responses vary with our position with respect to others, and this varies for an individual over time, and among individuals [...] So Hume cites, as the reasons we need to take up the general point of view, the need to avoid the contradictory judgments of unregulated sympathy, the need to stabilize all sensory judgments, and the need to converse on some agreed terms*”.

<sup>15</sup> No original: “*Hume has now established sympathy as the glue that affectively binds others to oneself and, by implication, a community of ethical individuals together. However, he finds that he is at risk of having undercut morality by giving to sympathy such a central role in creating community*”.



se opõem aos nossos próprios interesses” (Taylor, 2015, p. 104, tradução livre).<sup>16</sup> Os sentimentos, assim informados, inevitavelmente variarão – e, sendo *unilateralmente* interessados, não serão morais. Em suma, a inconstância da simpatia e dos sentimentos acaba por se chocar com a possibilidade de um julgamento moral estável, chegando a efetivamente miná-la: “se os nossos julgamentos morais fossem simplesmente um reflexo da simpatia, eles flutuariam ao longo das mesmas dimensões da mesma forma – mas eles não flutuam” (Sayre-McCord, 1994, p. 208, tradução livre).<sup>17</sup>

Hume buscará uma correção. Para isso, parte do levantamento de duas objeções que poderiam ser endereçadas a seu sistema, conhecidas como “objeção de variabilidade” e a “objeção da virtude em andrajos” (T, 3.3.1.14-23, pp. 620-626; Cohon, 2008). Ambas serão indispensáveis para a definição de ponto de vista geral. Opto aqui por me ater especificamente à primeira, que afirma que, sendo a simpatia muito variável, poder-se-ia daí concluir que uma mesma variabilidade seria encontrada nos sentimentos morais. Hume responde a ela da seguinte maneira:

Quando uma qualidade ou caráter tem uma tendência a promover o bem da humanidade, ela nos agrada, e por isso a aprovamos, uma vez que apresenta a ideia vívida de prazer, que nos afeta por simpatia e é em si mesma uma espécie de prazer. Mas como essa simpatia é muito variável, pode-se pensar que nossos sentimentos morais têm de admitir as mesmas variações. Simpatizamos mais com as pessoas que estão próximas a nós que com as que estão distantes; simpatizamos mais com nossos conhecidos que com estranhos; mais com nossos conterrâneos que com estrangeiros. Mas, apesar dessas variações de nossa simpatia, damos a mesma aprovação às mesmas qualidades morais, seja na *China*, seja na *Inglaterra*. Essas qualidades parecem igualmente virtuosas e inspiram o mesmo apreço em um espectador judicioso. Nossa estima, portanto, não procede da simpatia (T 3.3.1.14, p. 620).

Hume nega, portanto, arroubos de exclusividade à simpatia no julgamento moral – ela não basta *sozinha*. Aqui já podemos, e especialmente no trecho seguinte, perceber claramente um *distinguo* traçado por Hume entre sentimentos devidos ao *interesse* e os devidos à *moral*, entre *particularidade* e *generalidade*: o ponto de vista particular assenta-se invariavelmente no interesse, na imediatez e na proximidade; o ponto de vista geral é o que propriamente possibilita o acesso aos sentimentos morais, uma vez que ele permite a formulação de juízos morais imparciais a partir de uma perspectiva *ocupável* por todos os homens e, por essa razão, passível de *acordo comum*. Assim,

[...] nem todo sentimento de prazer ou dor derivado de um caráter ou ação é do tipo *peculiar* que nos faz louvar ou condenar. As boas qualidades de um inimigo são penosas para nós; mas, ainda assim, podem merecer nossa estima e respeito. É

<sup>16</sup> No original: “We may thus fail to attend to character as the ethically relevant feature of persons when people are physically or temporally distant from us, or when they oppose our own interests”.

<sup>17</sup> No original: “If our moral judgments were simply a reflection of sympathy, they would fluctuate along the same dimensions in the same way—but they don’t”.



somente quando um caráter é considerado em geral, sem referência a nosso interesse particular, que causa essa sensação ou sentimento em virtude do qual o denominamos moralmente bom ou mau. É verdade que temos naturalmente uma tendência a confundir e misturar os sentimentos devidos ao interesse e os devidos à moral [...] Isso não impede, porém, que esses sentimentos sejam distintos neles mesmos; um homem dotado de serenidade e discernimento pode se proteger dessas ilusões (T 3.1.2.4, pp. 511-512).

“É somente quando um caráter é considerado em geral, sem referência a nosso interesse particular, que causa essa sensação ou sentimento em virtude do qual o denominamos moralmente bom ou mau” (T 3.1.2.4, pp. 511-512). O ponto de vista geral encontra diversos obstáculos – entre eles, a parcialidade ocupa posição de destaque.<sup>18</sup> Tendência natural dos seres humanos, ela faz com que estes se identifiquem com determinadas pessoas em detrimento de outras (em razão de caráter, semelhança, parentesco, contiguidade), o que resulta num natural descompasso, numa indefinição de sentimentos morais, já que “nossa situação, tanto no que se refere a pessoas como a coisas, sofre uma flutuação contínua [...] cada homem particular ocupa uma posição peculiar em relação aos outros” (T 3.3.1.15, p. 621). Hume chega mesmo a pintar tal parcialidade como algo manifesto, já que “nosso maior grau de atenção se dirige a nós mesmos; logo abaixo, está a atenção que dirigimos a nossos parentes e amigos; e só o mais leve grau se volta para os estranhos e as pessoas que nos são indiferentes” (T 3.2.2.8, p. 529).

Ora, tais parcialidade e afeição desigual influenciam “não somente nosso comportamento e conduta social, mas também nossas ideias de vício e de virtude” (T 3.2.2.8, p. 529); “em geral, todos os sentimentos de censura ou aprovação são variáveis, de acordo com nossa situação de proximidade ou de distância em relação à pessoa censurada ou elogiada, e de acordo também com a disposição presente da mente” (T 3.3.1.16, p. 621). A parcialidade não é remediada *naturalmente* – seguindo seu curso, tende a agudizar-se. O inevitável confinamento dos indivíduos à clausura de sua perspectiva particular resulta numa variação de avaliações de caracteres que, por sua vez, advém do fracasso em corrigir as respostas simpáticas e parciais de cada um. Segundo Taylor (2006, p. 284), três são as causas dos erros de julgamento, todas derivando da parcialidade natural e da influência desempenhada pelos princípios associativos da simpatia: o erro do “afastamento”, o erro do “interesse compensatório” e o erro “consequencialista”:

O que chamarei de erro de "afastamento" ocorre nos casos em que o agente está localizado a uma distância de nós, de modo que nossa simpatia é fraca demais para

---

<sup>18</sup> A propensão natural causa diversos entraves ao juízo moral. Alguns princípios podem ser daí aduzidos, na esteira de Collier (2010, p. 258): os semelhança, contiguidade e causalidade. O primeiro permite uma penetração mais fácil nos sentimentos daqueles que compartilham das mesmas maneiras, caráter, país ou linguagem (T 2.1.11.5). O segundo, da causalidade, torna as afecções de amigos e familiares mais vívidas do que as de desconhecidos (T 2.1.11.6). Já o terceiro, o de contiguidade, confere sempre maior vividez e força aos objetos próximos a nós do que os remotos (T 2.3.7.3).



produzir o sentimento apropriado de louvor ou culpa. O erro de "interesse compensatório" surge quando nosso próprio interesse ou parcialidade é forte, de modo que confundimos nosso amor ou ódio interessado por alguém com aprovação ou culpa moral. O erro "consequencialista" resulta do fato de avaliarmos as consequências de alguém ter agido ou não, em vez de seu caráter, de modo que não conseguimos separar a disposição virtuosa ou viciosa das circunstâncias acidentais (Taylor, 2006, p. 284, tradução livre)<sup>19</sup>.

O que fazer diante de tais contradições contínuas e naturalmente moveções? Como responder à inconstância, à parcialidade e à particularidade? O passo a ser dado para a obtenção de estabilidade no juízo a respeito das coisas, diz Hume, implica a fixação “em algum ponto de vista *firme e geral*; e, em nossos pensamentos, sempre nos situamos nesse ponto de vista, qualquer que seja nossa situação presente” (T 3.3.1.15, p. 621). O ponto de vista geral possibilita um *plus ultra*, um mover-se além da situação particular e parcial e das flutuações de sentimentos; confere, ademais, um ponto de consolidação e estabilização aos juízos. A importância do ponto de vista geral é fulcral, já que, sendo o prazer e o interesse pessoais sempre *particulares* e *variáveis*, seria quimérico pretender uma concórdia entre sentimentos e juízos, “a menos que escolhessem algum ponto de vista comum, a partir do qual pudessem examinar seu objeto, e que pudesse fazer esse objeto parecer o mesmo para todos eles” (T 3.3.2.30, p. 631). O relevo conferido por Hume ao ponto de vista comum ou geral se deve ao fato de ele lograr regular a natureza contraditória de nossos sentimentos de estima ou repulsa, aprovação ou rejeição, que necessitam, para que tal regulação ocorra, de uma *mudança de perspectiva*: assim procedendo, podemos corrigir ou ao menos buscar atenuar graves distorções e inclinações.

O ponto de vista geral é, para Hume, a perspectiva moral. Suas características reguladoras definem uma perspectiva que podemos compartilhar com todos, a partir da qual podemos examinar os traços de caráter de uma pessoa. Quando ocupamos o ponto de vista geral, simpatizamos com a própria pessoa e seu círculo restrito, e passamos a amá-la pelos traços que normalmente são úteis e agradáveis para todos em seu círculo restrito. As avaliações morais que resultam quando assumimos o ponto de vista geral diferem em aspectos importantes dos julgamentos que surgem de duas outras perspectivas - a perspectiva do interesse próprio e a perspectiva da simpatia não regulada (Brown, 2008, p. 235, tradução livre)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> No original: “*From our present perspective, our evaluations of character vary, owing to a failure to regulate our sympathetic responses. Hume identifies three different causes of error, deriving from our natural partiality and the influence of the associative principles on sympathy. What I will designate the ‘remoteness’ error occurs in cases where the agent is located at a distance from us so that our sympathy is too weak to produce the appropriate sentiment of praise or blame. The error of ‘countervailing interest’ arises when our own interest or partiality is strong so that we confuse our interested love or hate of someone with moral approval or blame. The ‘consequentialist’ error results from our evaluating the consequences of someone’s having acted or not, rather than her character, so that we fail to separate the virtuous or vicious disposition from the accidental circumstances attending it.*”

<sup>20</sup> No original: “*The general point of view is, for Hume, the moral perspective. Its regulative features define a perspective we can share with everyone, from which we may survey a person’s character traits. When we*



O *judicious spectator* ocuparia, no que diz respeito às questões morais, uma espécie de meio-termo: “nem tão próximo, de modo que sua percepção da situação seja obscurecida por seus próprios interesses, nem tão distante, de modo que ele seja totalmente desinteressado” (Stewart, 1976, p. 179, tradução livre). No entanto, deve-se ter em mente que ele deve, em maior ou menor medida, estar interessado, uma vez que o julgamento moral é uma questão de sentimento moral, e não de razão, “e algum grau de interesse é uma condição necessária para o despertar de qualquer sentimento moral” (Stewart, 1976, p. 179, tradução livre)<sup>21</sup>. A moralidade dos juízos e decisões depende do situar-se num ponto de vista geral. Mas antes é necessário atravessar o *mare tenebrarum* das paixões. A dificuldade de uma tal empresa é reconhecida de peito aberto por Hume e em nenhum momento escamoteada: “contentamo-nos em dizer que a razão exige essa conduta imparcial, mas que raramente conseguimos nos conformar com ela, já que nossas paixões não seguem facilmente a determinação do nosso juízo” (T 3.3.1.18, p. 622-623). A possibilidade de fracasso é sempre presente, e materializa-se quando não conseguimos alterar nossos sentimentos, que permanecem à mercê da teimosia estreita das paixões situadas (Cohon, 2008, p. 140).

As correções da parcialidade ocorrem por um refinamento operado pela interação social, já que “o intercâmbio de sentimentos na sociedade e no convívio diário nos leva a formar um critério geral e inalterável com base no qual possamos aprovar ou desaprovar caracteres e maneiras” (T 3.3.3.2, p. 643). A *necessidade humana de comunicação* e a própria utilização da *linguagem* também exigem a fixação do ponto de vista geral, já que os indivíduos precisam alcançar algum tipo de acordo: Hume indica que “seria impossível conseguir conversar com alguém em termos razoáveis, se cada um de nós considerasse os caracteres e as pessoas somente tais como nos aparecem de nosso ponto de vista particular” (T 3.3.1.15, p. 621); “seria impossível fazer uso da linguagem, ou comunicar nossos sentimentos uns aos outros, se não corrigíssemos as aparências momentâneas das coisas, desprezando nossa situação presente” (T 3.3.1.16, p. 622).

Através de um tal intercâmbio, passa-se da parcialidade à imparcialidade por meio de “juízos serenos a respeito do caráter dos homens”, alcança-se um “juízo mais constante e estável” (T 3.3.3.2,

---

*occupy the general point of view, we sympathize with the person herself and her narrow circle, and come to love the person for those traits that normally are useful and pleasant for everyone in her narrow circle. The moral evaluations that result when we take up the general point of view differ in important ways from the judgments that arise from two other perspectives – the perspective of self-interest and the perspective of unregulated sympathy’.*

<sup>21</sup> No original: “This would place the observer, in moral questions, at a sort of ‘middle distance’, neither so close, that his perception of the situation is obscured by his own interests, nor so far, that he is entirely uninterested. He must of course be interested to some degree, since moral evaluation is a matter of sentiment, not reason, and some degree of interest is a necessary condition of the arousal of any moral sentiments at all’.



p. 643). A ênfase humeana na serenidade e no juízo sinaliza a importância não apenas de um sentimento apropriado, mas de um raciocínio adequado, já que respostas de admiração ou condenação assentadas na parcialidade não constituem avaliações morais (Taylor, 2006, p. 286). Hume sinaliza que, “embora o *coração* nem sempre fique do lado dessas noções gerais, e não regule seu amor e ódio por elas” (T 3.3.3.2, p. 643), as contribuições delas extraídas são sobremaneira importantes à manutenção do convívio social. Importa atentar aqui ao fato de que, para Hume, a busca por tal ponto de vista geral justifica-se porque “a razão exige essa conduta imparcial”, razão esta que “é capaz de se opor a nossas paixões” (T 3.3.1.18, p. 623). O ponto de vista geral é, em essência, um instrumento através do qual juízos valorativos tornam-se relativamente objetivos e não exclusivamente autointeressados (Steward, 1976, p. 178).

Viu-se que os riscos de uma tal operação não são escondidos em momento algum por Hume. A inclusão da *razão* na equação pode causar desconforto e temor, sinalizando eventual deslize racionalista. No entanto, Hume logo afirma entender por razão “uma determinação calma e geral das paixões, fundada em uma visão ou reflexão distante” (T 3.3.1.18, p. 623). Pode-se, aqui, ver como a razão humeana parece permitir o discernimento em favor de objetivos considerados a longo prazo ou não imediatos em confronto com inclinações momentâneas ou apressadas - a razão solicita o ponto de vista geral porque a sua adoção serve aos interesses mais benéficos.

Não há uma só paixão, portanto, capaz de controlar a afeição motivada pelo interesse, exceto essa própria afeição, por uma alteração de sua direção. Ora, tal alteração deve necessariamente ocorrer à menor reflexão, pois é evidente que a paixão se satisfaz muito melhor se a contemos que se a deixamos agir livremente; preservando a sociedade, favorecemos muito mais a aquisição que quando reduzidos à condição solitária e desolada que deve se seguir à violência e a uma permissividade generalizada (T, 3.2.2.13, pp. 532-533).

A preocupação com a *manutenção social* parece indicar um elemento *hobbesiano* em Hume<sup>22</sup>. É precisamente isso o que nos indica Sayre-McCord: o efeito civilizador advindo da “suavização” do

---

<sup>22</sup> É válido o resgate da primorosa observação de Nagel no sentido de que “ambos assumem que a ética deve representar o domínio do objetivo, do comum, em questões práticas - i.e., aquilo que todos os homens têm igualmente razões para promover - e ambos procuram uma base motivacional para a possibilidade de tal acordo. Hobbes encontra-a no interesse comum dos homens em certas condições de segurança, estruturas sociais e convenções necessárias para a satisfação do seu desejo de sobrevivência; Hume encontra-a na capacidade de participação simpatética na felicidade ou infelicidade dos outros, ou mesmo no mero pensamento da probabilidade da sua felicidade ou infelicidade. Ambos consideram a ética como uma codificação de apenas uma parte do aparelho motivacional; continua a haver muito espaço para o desacordo prático entre os homens e, pelo menos para Hume, dada a fraqueza da simpatia em contraste com o interesse próprio, as considerações morais por si só não são de modo algum decisivas” (Nagel, 1970, p. 10, tradução livre). No original: “[...] both assume that ethics must represent the domain of the objective, the common, in practical matters - i.e., that which all men equally have reason to promote - and both seek a motivational



interesse próprio por meio da simpatia, por mais necessário que seja, não é suficiente, de modo que a violência e a permissividade permanecem à espreita. Para Hume, a resposta de estabilização e *pacificação* deve ser buscada em nossa “capacidade de introduzir, adotar e transmitir um padrão compartilhado para regular nossas avaliações” (Sayre-McCord, 1994, p. 217, tradução livre)<sup>23</sup>. Assim, o ponto de vista geral pode ser compreendido como um “um padrão que controle as variações da simpatia sem perder o apelo da simpatia. A única forma de fazer isso, argumenta Hume, é introduzir uma perspectiva mutuamente acessível e estável, um ponto de vista geral, a partir do qual todos possamos avaliar o mundo” (Sayre-McCord, 1994, p. 219, tradução livre)<sup>24</sup>.

Uma vez que os nossos sentimentos morais são naturais e inevitáveis, a linguagem moral é necessariamente parte integrante de qualquer vocabulário social. No entanto, como estes sentimentos são também subjetivos, são potencialmente um obstáculo à comunicação e à interação. Ao corrigi-los através do ponto de vista geral, este último serve como uma técnica essencial através da qual nos integramos, criaturas voláteis e imparciais que somos, na sociedade mais vasta em que vivemos (McArthur, 2014, p. 324, tradução livre)<sup>25</sup>.

O ponto de vista geral delineado por Hume “faz parte do processo pelo qual nos orientamos no mundo, tentando resolver as aparentes contradições entre os nossos sentimentos e os dos outros, da mesma forma que corrigimos as nossas percepções do mundo físico” (McArthur, 2014, p. 324, tradução livre)<sup>26</sup>. Quando os objetos das paixões são considerados à distância e em perspectiva mais “comedida”, os encantos imediatistas e impulsivos são minimizados ou dissipados, dando lugar a uma

---

*basis for the possibility of such agreement. Hobbes finds it in men's common interest in certain security conditions, social structures, and conventions necessary for the fulfillment of their desire to survive; Hume finds it in the capacity for sympathetic participation in the happiness or unhappiness of others, or even in the mere thought of the likelihood of their happiness or unhappiness. Both regards ethics as a codification of only part of the motivational apparatus; there remains ample room for practical disagreement among men, and, for Hume at least, given the weakness of sympathy in contrast to self-interest, moral considerations alone are by no means decisive'.*

<sup>23</sup> No original: “Hobbes, of course, thought that only an absolute ruler, backed by absolute power, could eliminate the conflict he feared. Hume, in contrast, believes that a less draconian solution (to an admittedly less drastic problem) is ready to hand and is found in our ability to introduce, adopt, and pass on, a shared standard for regulating our evaluations’.

<sup>24</sup> No original: “[...] a standard that controls for sympathy's variations without losing sympathy's appeal. The only way to do this, Hume argues, is to introduce a mutually accessible and stable perspective, a general point of view, from which we can all evaluate the world’.

<sup>25</sup> No original: “Because our moral sentiments are natural and inevitable, moral language is bound to be an integral part of any social vocabulary. Yet, because these sentiments are also subjective, they are potentially a barrier to communication and interaction. By correcting them by means of the general point of view, the latter serves as an essential technique by which we integrate ourselves, volatile and impartial creatures that we are, into the larger society in which we live’.

<sup>26</sup> No original: “It is part of the process by which we make our way in the world, by trying to resolve the apparent contradictions between our sentiments and those of others, the same way we correct our perceptions of the physical world’.

consideração mais adequada – e, pois, menos inclinada a engendrar conflitos. Mais adequada, mais pacífica, mas não menos humana.

Hume de fato identifica e defende um padrão de julgamento moral – fixado pelas atitudes de quem assume o ponto de vista geral – que controla a ignorância, ajusta as distorções de perspectiva e deixa de lado o interesse próprio. Mas seu padrão não supõe nem uma onisciência impossível nem um engajamento angelical equi-simpático com toda a humanidade. O padrão de Hume é mais humano em seu escopo e mais acessível na prática do que qualquer padrão estabelecido por um Observador Ideal. E sua própria acessibilidade, de acordo com Hume, é crucial para que desempenhe o papel distintivo na vida prática que justifica sua introdução e adoção (Sayre-McCord, 1994, p. 203, tradução livre)<sup>27</sup>.

Partindo de nossos sentimentos mais vivamente pessoais e particulares, Hume nos mostra como o *processo de moralização* ocorre: “o efeito de adotar o ponto de vista geral e regular nossas respostas simpáticas é tornar esses amores e ódios violentos, variáveis e irregulares mais calmos, estáveis e regulares” (Brown, 2008, p. 235, tradução livre)<sup>28</sup>. Assim procedendo, conferimos, *na medida da possibilidade humana*, maior imparcialidade – e estabilidade e objetividade – aos nossos juízos morais.

### **3 Algumas linhas sobre a *Investigação sobre os princípios da moral***

Hume, portanto, permanece fiel à sua posição sentimentalista, mas não reconhece todo e qualquer sentimento ou reação como imediata ou apropriadamente moral. Os desafios existentes ao *posicionar-se* no ponto de vista geral são, como vimos, muitos – a pena de Hume fartamente os indica. Importaria aqui atentar aos desenvolvimentos mais tardios de seu pensamento, em especial os encontrados na *Investigação sobre os princípios da moral*: a mesma passagem da particularidade à generalidade aí tem lugar, a transição gradativa do imediatismo dos sentimentos e circunstâncias particulares à realização de juízos serenos, refletidos:

Admite-se que a simpatia é muito mais tênue do que nossa preocupação por nós mesmos, e a simpatia para com pessoas distantes é muito mais tênue do que aquela por pessoas que nos são próximas e chegadas. Mas exatamente por essa razão é

---

<sup>27</sup> No original: “Hume does identify and defend a standard of moral judgment— fixed by the attitudes of one taking the general point of view—that controls for ignorance, adjusts for the distortions of perspective, and leaves to one side self-interest. But his standard supposes neither an impossible omniscience nor an angelic equi-sympathetic engagement with all of humanity. Hume's is a standard both more human in scope and more accessible in practice than any set by an Ideal Observer. And its very accessibility, according to Hume, is crucial to its playing the distinctive role in practical life that gives point to its introduction and adoption”.

<sup>28</sup> No original: “The effect of taking up the general point of view and regulating our sympathetic responses is to make these violent, variable, and irregular loves and hatreds more calm, stable, and regular”.



necessário que nós, em nossos serenos juízos e discursos concernentes ao caráter das pessoas, negligenciemos todas essas diferenças e tornemos nossos sentimentos mais públicos e sociais. Além do fato de que nós próprios muitas vezes sofremos mudanças quanto a esse aspecto, encontramos todos os dias com pessoas que estão em situação diferente da nossa e que não poderiam comunicar-se conosco se permanecêssemos constantemente naquela posição e perspectiva que nos é peculiar (EPM, 5.1.42, pp. 297-298).

Jacqueline Taylor divisa na *Investigação* humeana posições filosóficas mais sofisticadas a respeito da moralidade: ela atribui centralidade a “virtudes da boa avaliação”, com destaque, principalmente, à “conversação geral” e ao “bom raciocínio” a respeito do que de fato é útil, e ao sentimento de humanidade (Taylor, 2015, pp. 122-129). O seu cultivo é sobremaneira importante para o refinamento moral dos indivíduos, pois é por meio deles que eles adquirem uma percepção mais adequada e depurada a respeito das minúcias envolvidas na avaliação moral: “e quanto mais nos habituamos a um exame acurado das questões morais, mais refinado é o sentimento que adquirimos acerca das mais mínimas distinções entre vício e virtude” (EPM, 5.1.14, pp. 283-284). Vale também atentar ao seguinte trecho:

Quando um homem chama outro de seu inimigo, seu rival, seu antagonista, seu adversário, entende-se que ele está falando a linguagem do amor de si mesmo e expressando sentimentos que lhe são próprios e que decorrem das situações e circunstâncias particulares em que está envolvido. Mas, quando atribui a alguém os epítetos de corrupto, odioso ou depravado, já está falando outra linguagem e expressando sentimentos que ele espera que serão compartilhados por toda sua audiência. Ele deve, portanto, distanciar-se de sua situação privada e particular e adotar um ponto de vista comum a si e aos outros; ele precisa mobilizar algum princípio universal da constituição humana e ferir uma tecla com a qual toda a humanidade possa ressoar em acordo e harmonia. Assim, se pretende expressar que um certo homem possui atributos cuja tendência é nociva à sociedade, terá escolhido esse ponto de vista comum e tocado um princípio de humanidade com o qual toda pessoa, em certa medida, concorda (EPM, 9.1.6, p. 352).

Hume opera aqui uma clara distinção entre *linguagens*: a linguagem do amor de si mesmo, vetor de expressão de sentimentos próprios e interesses particulares, e uma linguagem moral, *universal*, de censura e aprovação. Moral e universal, já que a noção mesma da primeira necessariamente implica um tipo de “sentimento comum a toda a humanidade, que recomenda o mesmo objeto à aprovação generalizada e faz que todos os homens, ou a maioria deles, concordem em suas opiniões ou decisões relativas a esse objeto”, de modo a “tornar até mesmo as ações e os comportamentos das pessoas mais distantes em objetos de aplauso ou censura” (EPM, 9.1.5, p. 351). Daí se origina propriamente um “discurso moral comum” que, “refletindo nosso sentimento de humanidade compartilhado, torna-nos

mutuamente inteligíveis uns para os outros com respeito aos nossos juízos de caráter” (Taylor, 2015, p. 123, tradução livre)<sup>29</sup>.

Hume uma vez mais sinalizará a função corretiva executada pelo juízo moral, ao afirmar que ele “corrige a parcialidade de nossas emoções e percepções internas, do mesmo modo que nos protege do erro diante das muitas variações das imagens apresentadas aos nossos sentidos externos” (EPM, 5.1.41, p. 296). A importância da tomada do ponto de vista geral ou da consideração do princípio da humanidade traduzem uma preocupação humeana voltada à intersubjetividade dos juízos morais. Hume justificava sua necessidade a partir da “correção” por ele viabilizada, especialmente útil para evitar as contradições e flutuações advindas de nossas inclinações pessoais e particulares, manifestadas na simpatia não-regulada e no interesse próprio, de modo a tornar os juízos morais mais estáveis. Tal justificativa, no entanto, é objeto de controvérsia entre os estudiosos – *ça va sans dire*. O seu devido acompanhamento terá de aguardar situações mais promissoras. De todo modo, vale concluir com o que segue:

Assumimos o ponto de vista geral porque é o ponto de vista a partir do qual os outros nos aparecem como pessoas. Se o amor e a simpatia não nos impelisses a ver o mundo do ponto de vista geral, os nossos semelhantes não passariam de objetos úteis ou perigosos para nós. Segundo Hume, é apenas quando vemos o mundo do ponto de vista geral que o mundo moral - o mundo composto por pessoas que têm caráter e realizam ações - entra em foco (Korsgaard, 2008, p. 301, tradução livre)<sup>30</sup>.

Colocar-se numa tal posição é algo certamente difícil, mas legitimamente humano.

## Conclusão

David Hume teve como propósito divisar os princípios primeiros da moralidade humana. O sistema moral humeano confere centralidade aos sentimentos, mas sem recair em imediatismos ou irracionalismo. Muito pelo contrário: levando adiante suas investigações a respeito da moral, Hume busca a todo momento manter o equilíbrio, a serenidade, a constância – características, aliás, atribuídas por sua própria pena ao ponto de vista geral. Longe de escamotear as dificuldades existentes para a

---

<sup>29</sup> No original: “A common moral discourse, reflecting our shared sense of humanity, renders us mutually intelligible to one another with respect to our assessments of character”.

<sup>30</sup> No original: “We take up the general point of view because that is the point of view from which others appear to us as persons. If love and sympathy did not impel us to view the world from the general point of view, our fellow human beings would just be so many useful or dangerous objects to us. According to Hume, it is only when we view the world from the general point of view that the moral world—the world composed of people who have characters and perform actions—comes into focus”.



concretização de uma tal mudança, Hume faz questão de a todo momento trazer atenção a elas, num proceder pautado pelo comedimento.

O processo de correção dos sentimentos possui um papel indispensável: para a sociedade, uma vez que, ao controlar a cegueira e a impetuosidade naturais das paixões, contribui para a manutenção das relações; e para os próprios indivíduos, ao ensejar aprimoramento, mudança de perspectiva e mesmo o cultivo de uma intersubjetividade.

A inconstância da simpatia e dos sentimentos acaba por se chocar, e efetivamente minar, a possibilidade de um julgamento moral estável. Hume buscará, por consequência, negar primazia à simpatia no julgamento moral – indicando, acima de tudo, que ela não basta *sozinha*. Percebe-se uma distinção traçada por Hume entre sentimentos devidos ao interesse e os devidos à moral, entre particularidade e generalidade: o ponto de vista particular assenta-se invariavelmente no interesse, na imediaticidade e na proximidade; o ponto de vista geral é o que propriamente possibilita o acesso aos sentimentos morais, uma vez que ele permite a formulação de juízos morais imparciais a partir de uma perspectiva *ocupável* por todos os homens e, por essa razão, passível de *acordo comum*.

O ponto de vista geral é, acima de tudo, o humano: convite constante ao refinamento, à mudança, à consideração. Embora seja capaz de conferir estabilidade, não encerra ou imobiliza, mas relança e exige sempre nova possibilidade.

Recebido em: 24/04/2024

Aceito em: 14/09/2024

Publicado em: 28/10/2024



## REFERÊNCIAS

- AGOSTA, Lou. A Delicacy of Empathy: Hume's Many Meanings of Sympathy. *Psicol. pesq.*, v. 8, n. 1, p. 3-15, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z1982-1247201400010002>.
- BAIER, Annette C. *A Progress of Sentiments: Reflections on Hume's Treatise*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- BERRY, Christopher. *Social Theory of the Scottish Enlightenment*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.
- BROWN, Charlotte R. Moral Rationalism, Sentimentalism, and Sympathy. *In: RADCLIFFE, Elizabeth F. (Ed.). A Companion to Hume*. Malden, USA; Oxford, UK; Carlton, AU: Blackwell Publishing, 2008, pp. 219-239.
- BUCKLE, Stephen. Hume in the Enlightenment Tradition. *In: RADCLIFFE, Elizabeth F. (Ed.). A Companion to Hume*. Malden, USA; Oxford, UK; Carlton, AU: Blackwell Publishing, 2008, pp. 21-37.
- CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.
- COHON, Rachel. *Hume's morality: feeling and fabrication*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- COLLIER, Mark. Hume's Theory of Moral Imagination. *History of Philosophy Quarterly*, v. 27, n. 3, p. 255-273, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27809509>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- GILL, Michael B. *The British Moralists on Human Nature and the Birth of Secular Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HAAKONSEN, Kurt. *Science of a Legislator: the Natural Jurisprudence of David Hume and Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- HARMAN, Gilbert. *Explaining Value and Other Essays in Moral Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- IRWIN, Terence. *The Development of Ethics: a Historical and Critical Study. Volume II: From Suarez to Rousseau*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JAFFRO, Laurent. Science de la nature humaine ou science de l'esprit humain? Le débat écossais et son impact sur la psychologie philosophique en France. *Corpus: revue de la philosophie*, Fayard, 2009, 57, p. 101-124. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-00380568v1>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- JAFFRO, Laurent. Hutcheson sobre a importância de ser desinteressado. Um encômio a Shaftesbury?. *Discurso*, v. 1, n. 44, p. 79-96, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2014.89086>.
- KORSGAARD, Christine M. *The Constitution of Agency: Essays on Practical Reason and Moral Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MACKIE, J. L. *Hume's moral theory*. London and New York: Routledge, 1980.
- MCARTHUR, Neil. Cosmopolitanism and Hume's general point of view. *European Journal of Political Theory*, v. 13, n. 3, p.321-340, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1474885113492728>.
- NAGEL, Thomas. *The Possibility of Altruism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1970.
- RADCLIFFE, Elizabeth F. (Ed.). *A Companion to Hume*. Malden, USA; Oxford, UK; Carlton, AU: Blackwell Publishing, 2008.
- RAPHAEL, D.D. *The Impartial Spectator: Adam Smith's Moral Philosophy*. Oxford: University Press, 2007.



- RICK, Jon. Hume's and Smith's Partial Sympathies and Impartial Stances. *Journal of Scottish Philosophy*, v. 5, n. 2, p. 135-158, 2007. DOI: <https://doi.org/10.3366/jsp.2007.5.2.135>.
- SAYRE-MCCORD, Geoffrey. On Why Hume's 'General Point of View' Isn't Ideal - and Shouldn't Be. *Social Philosophy & Policy*, v. 11, n. 1, p. 202-228, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0265052500004350>.
- STEWART, Carole. The Moral Point of View. *Philosophy*, v. 51, n. 196, p. 177-187, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3750215>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- STROUD, Barry. *Hume*. London and New York: Routledge & Kegan Paul, 1977.
- TAYLOR, Jacqueline A. Virtue and the Evaluation of Character. In: TRAIGER, Samuel. (Ed.). *The Blackwell Guide to Hume's Treatise*. Oxford: Blackwell, 2006, pp. 276-95.
- TAYLOR, Jacqueline A. *Reflecting Subjects: Passion, Sympathy, and Society in Hume's Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- TRAIGER, Samuel. (Ed.). *The Blackwell Guide to Hume's Treatise of Human Nature*. Oxford: Blackwell, 2006.
- WRIGHT, John P. *Hume's 'a Treatise of Human Nature': an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.